



Projetos culturais Guarani Mbya

ProAC Indígena

Alzira Lobo Arruda Campos¹

Marília Gomes Ghizzi Godoy²

Mônica Salles da Silva³

-
- 1 Livre-docente em Metodologia da História da Universidade Estadual Paulista (UNESP/FRANCA); Doutora e Mestre em História Social (USP/SP); Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/SP). E-mail: loboaaruda@hotmail.com.
 - 2 Doutora em Psicologia Social (PUC/SP); Mestre em Antropologia Social (USP/SP); Docente do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade de Santo Amaro (UNISA/SP). E-mail: mgggodoy@yahoo.com.br
 - 3 Mestrado no Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Santo Amaro (UNISA), Docente do Curso de Pedagogia (UNISA). E-mail: monicasalles05@gmail.com.

RESUMO

No âmbito das políticas públicas de inclusão e com o foco nos conceitos de interculturalidade e etnicidade, tomados como vetores necessários para que se entenda o panorama sociocultural brasileiro, analisa-se o Programa de Ação Cultural da Secretaria Estadual de Cultura (ProAC Indígena SEC-SP) relativo aos indígenas. Para tanto, esta análise escolhe como recorte empírico os projetos culturais desenvolvidos nos 12 anos de vigência do ProAC Indígena no estado de São Paulo, os quais revelam os sentidos mítico e profético, norteadores das experiências tradicionais, que refletem a identidade cultural e étnica de seus atores sociais.

Palavras-chave: *Políticas Públicas de Cultura (ESP). Edital ProAC. ProAC Indígena. Guarani Mbya.*

ABSTRACT

In the public politics of inclusion scope, and having as a focus the concepts of interculturality and ethnicity, taken as necessary vectors for the understanding of the Brazilian socio-cultural panorama, we analyze the Indigenous ProAC, ESP (Program of Cultural Action of the State Department of Culture associated to the indigenous people). For this purpose, this analysis chooses as an empiric cropping of the cultural projects developed throughout the twelve years of duration of the Indigenous ProAC in the State of São Paulo. These projects, in which there is the predominance of the Guarani Mbya initiatives, reveal the prophetic and mythical meanings as guiding elements of the experiences for particular, traditional and exclusive purposes, which reflect the cultural and ethnic identity of their social actors.

Keywords: *Public Politics of Culture (ESP). ProAC Statute. Indigenous ProAC. Guarani Mbya.*

INTRODUÇÃO

Diante do perigo invasivo de uma universalização cultural, como decorrência da chamada “globalização”, as políticas públicas de cultura enfrentam o desafio de assegurarem um espaço capaz de articular o Estado com os direitos humanos, originados da sociedade civil brasileira. Nesse espaço, ocupam lugar prioritário estudos sobre as identidades culturais vistas em suas diversidades pluralistas e particulares, estudos esses que se fortaleceram a partir dos anos 1960, que vêm enfatizando a legitimidade de etnias subalternas adquirirem legitimidade nos quadros institucionais brasileiros.

Como resultado dessas posturas, as memórias étnicas têm sido valorizadas e adquirido espaços de autoidentidade, com o apoio na Constituição de 1988 (artigos 215, 216 e 231), quando se reconheceu o valor imaterial dos bens culturais e o reconhecimento dos direitos legítimos à autonomia social e cultural de todos os grupos étnicos que compõem a nação. Essa conquista seguiu as tendências internacionalistas, já presentes na Convenção n° 169, de 1989, da Organização Internacional do Trabalho, sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes, ratificada pelo governo brasileiro em 2002 e em 2004 (Decreto n° 5.051, de 19 de abril de 2004). Em vertente similar, deve ser citada a Declaração de 13 de setembro de

2007 das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas e Tribais, compondo uma legislação sobre a necessidade de se organizarem espaços juridicamente estruturados para a consolidação e valorização jurídica e social das populações indígenas, no campo das etnias e da cultura.

Os mecanismos presentes na construção dos conceitos atinentes à diversidade cultural brasileira ganharam uma expressividade maior pela presença de movimentos sociais descentralizados, contrários à dominação histórica e monopolizadora do governo central. (CUCHE, 1999) Dessa forma, as demandas indígenas sobre o reconhecimento de suas identidades como próprias seguem estratégias destinadas à consolidação de estruturas de participação levantadas por uma política indigenista que contempla a saúde, a educação, a esfera de produção e outros setores da realidade nacional a partir de uma autonomia cultural objetiva. Autonomia ancorada no reconhecimento do caráter multicultural e da pluralidade de identidades culturais, que passou a fazer parte da construção histórico-social dos direitos de cidadania dos indígenas brasileiros.

Com o objetivo, ademais, de valorizar a pluralidade no âmbito das políticas culturais, este artigo implica a compreensão das dinâmicas sócio-históricas direcionadas ao desenvolvimento de projetos participativos dos indígenas, tomando, como exemplo, o Programa de Ação Cultural Indígena, da Secretaria Estadual de Cultura (ProAC Indígena, SEC-SP), especialmente no capítulo identificado pela participação dos indígenas, particularmente dos Guarani Mbya.

METODOLOGIA

Ao lado dos dados documentais e históricos a respeito das políticas públicas de cultura e da emergência contidas no Edital ProAC Indígena (ESP), observam-se dados representativos dos investimentos realizados, por meio dos 12 editais proclamados entre os anos de 2006 a 2017, expressos por quadros referentes aos títulos dos projetos. Esse procedimento permite a configuração de um

material expressivo sobre o processo político e as iniciativas culturais dos indígenas. Os temas culturais presentes nos títulos dos projetos remetem ao universo simbólico de origem étnica, permitindo a compreensão dos interesses subjetivos à linguagem comprometida com aspectos étnicos e culturais indígenas. Assim, uma vez levadas em conta as estruturas de convivência grupal extraídas por observação direta e indireta das iniciativas tomadas pelos autores dos projetos, torna-se possível verificar o sentido de identidade e etnicidade por eles proposto. Desse modo, o caráter de bem cultural de muitas iniciativas ao longo dos 12 anos de atuação do ProAC Indígena demonstra que os registros existentes em seus arquivos devem ser avaliados como partes integrantes do patrimônio cultural (filmes, CD, livros).

POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA: DO ERUDITO AO POPULAR

No campo das iniciativas políticas de cultura, o rumo das ações estatais é ressaltado historicamente pela presença de iniciativas marcadas pelo cultivo de símbolos formadores da nacionalidade, privilegiando-se, como patrimônio cultural brasileiro, obras artísticas provenientes de setores sociais dominantes, por tal motivo consideradas como “eruditas”. Com essa visão esquemática, as manifestações populares na arte ficaram delegadas como pertencentes ao folclore nacional. Como é assinalado por Botelho (2001, p. 74), o reconhecimento de que a dimensão antropológica da cultura abrange “tudo que o ser humano elabora e produz, simbólica e materialmente falando” exigiu a reorganização das políticas referentes à distribuição de recursos econômicos. A efetivação de políticas públicas concernentes a práticas culturais populares constitui uma iniciativa recente, característica dos tempos atuais, que se choca, por vezes, a afirmações acadêmicas relacionadas à longa trajetória elitizada das políticas e da cultura no Brasil. (CALABRE, 2007) Por meio das expressões autoritarismo, descontinuidade, desatenção, paradoxos, impasses e desafios, registram-se

considerações diversas sobre a história do desempenho político de grupos sociais interessados na defesa dos indígenas, na área cultural. (RUBIM, 2007, p. 11)

Inserindo-se no contexto balizado pelos conceitos de urbanização, modernismo cultural e construção centralizada do estado nacional, os anos 1930 procuram legitimar a inauguração de políticas culturais no Brasil, destacando-se, nesse processo, as iniciativas de Mário de Andrade, que assumiu o Ministério da Saúde (criado em 1930) no período de 1934 a 1935 (RUBIM, 2007, p. 13), criando o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), como o exemplo clássico de sua atuação frente ao Ministério. A partir de então, a cultura, de forma ampla, passou a abranger iniciativas populares, representativas de acervos culturais, movimento que se consolidou com a atuação do ministro Gustavo Capanema. (RUBIM, 2007, p. 13) Nesse momento, a valorização do nacionalismo, a brasilidade, a harmonia entre as classes sociais, o trabalho e o caráter mestiço do povo brasileiro introduziram-se como raízes ideológicas das políticas culturais e ganharam legitimidade por meio de várias instituições (RUBIM, 2007, p. 16-17), dentre as quais se destacaram o Instituto Nacional do Livro, fundado em 1937 e o Conselho Nacional de Cultura, em 1938. (RUBIM, 2007, p. 17)

No período seguinte, de 1945 a 1964, houve poucos ganhos a pautar o contexto político cultural, marcado, tão somente, por ações pontuais: a instalação do Ministério da Educação e Cultura (MEC) (1953), a expansão das universidades públicas nacionais, a Campanha de Defesa do Folclore e a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). (RUBIM, 2007, p. 18) Em âmbito mais amplo, foi notável o crescimento e a consolidação dos meios de comunicação de massa, como o rádio e a televisão, além do cinema e da criação do Conselho Nacional de Cultura.⁴ (CALABRE, 2007)

.....
4 Derivam-se desta entidade e do Departamento de Assuntos Culturais o surgimento de secretarias de cultura nos planos estaduais e municipais.

A maior institucionalização no campo da produção artística-cultural e origem de uma política nacional ocorre na ditadura militar. (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007) Nesse momento, o controle dos meios audiovisuais e a formação de uma estrutura de telecomunicações marcam simbolicamente a política autoritária na ordenação nacionalista de uma cultura mediática.

Em 1975, a implementação de um plano nacional de cultura impulsionou várias instituições, tais como o Conselho Nacional de Cinema (1976), a Rádiorás (1976), a Fundação Pró-Memória (1979), o Conselho Nacional de Direito Autoral e a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. (CALABRE, 2007; RUBIM, 2007) Nesse período, destacaram-se o movimento de formação da FUNARTE e as iniciativas de Aloísio Magalhães, marcados pela renovação dos temas patrimoniais, com a introdução de uma concepção “antropológica” na identificação de bens culturais. (RUBIM, 2007, p. 22) O Ministério da Cultura surge no governo Sarney, quando se aprovou a primeira lei de incentivos fiscais (1986), conhecida como Lei Sarney, com o objetivo de se investir na área cultural. Essa lei foi aperfeiçoada nos anos 1990-1991, com a Lei Rouanet. No governo de Itamar Franco, foi extinto o Ministério da Cultura e recriada a FUNARTE. Nesse governo, impôs-se um modelo de incentivos fiscais, considerado de natureza neoliberal, que, por meio de uma política de marketing, ganhou força e se projetou com o ministro Francisco Weffort.⁵ (CALABRE, 2007, p. 11)

Sob a influência de propostas e de iniciativas de âmbito internacional introduziram-se, mais tarde, medidas culturais baseadas em ideologias libertárias e democráticas no contexto latino-americano. Nesse sentido, ocorreram vários encontros patrocinados pela UNESCO, nos anos de 1970 e 1980, que repercutiram na América Latina. (SERFATY, 1993; BOTELHO, 2000, p. 89

.....
5 O caráter neoliberal dessa iniciativa, em seus efeitos eletizantes, tem sido destacado pela bibliografia, que considera que a gestão do ministro Weffort (1994-2002) foi acompanhada por uma política de estado mínimo, que acarretou enormes dificuldades operacionais. (CALABRE, 2007, p. 10-11)

apud RUBIM, 2007, p. 21) Nesse contexto, o decreto n° 6.177, de 1° de agosto de 2007, ratificou, no Brasil, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, que havia valorizado identidades étnicas e culturais em esferas locais, regionais e nacionais. Esse documento entende que interculturalidade “refere-se à existência e interação equitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo”. (BRASIL, 2007)

Nos governos Lula, o setor cultural assume um espaço marcado pelo planejamento e por ações e políticas culturais, distinguindo o produto cultural do serviço cultural. (CALABRE, 2007, p. 10) Com a reformulação do Ministério da Cultura, surgiram secretarias que institucionalizaram uma política cultural inovadora, em especial na gestão do ministro Gilberto Gil. Essa gestão reestruturou o MINC (Decreto n° 4.805, de 12 agosto de 2003), criando diversas secretarias e criando novo significado para a cultura, na esfera pública, marcado pela preocupação em abrir canais de diálogos com a sociedade civil. (CALABRE, 2007, p. 11-13)

Ao lado da constituição de uma esfera política-cultural no âmbito federal os estados deram início a iniciativas culturais, baseadas principalmente em incentivos fiscais. (QUEIROZ, 2013, p. 106) Nesse sentido, o estado de São Paulo foi pioneiro, criando a Lei n° 8.819/94, de Incentivo à Cultura (LINC), mas que acabou por ser engavetada, por carência de investimentos. (QUEIROZ, 2013, p. 107) Somente em 2006 surgiu o Programa de Ação Cultural, e em 2007 o termo PAC passou a ser ProAC, regulamentado pelos decretos n° 51.944 de 29 de junho de 2007 e n° 54.275 de 27 de abril de 2009. Desde o início o Programa de Ação Cultural subdivide-se em ProAC ICMS, que trabalha com incentivos provindos de percentual da contribuição empresarial ao ICMS, e o ProAC Editais, realizado por meio de concursos públicos. Nesses editais pode-se entender: as regras, a

linguagem a ser contemplada, o número de projetos selecionados e o valor a ser transferido.

O ProAC publica editais específicos às culturas populares e tradicionais (minorias afrodescendentes, caiçaras, caipiras, indígenas, quilombolas, pirakuaras). No âmbito municipal, a Lei Mendonça (nº 10.923, de 1990), a mais antiga lei de incentivo do país, é pouco atuante com relação à democratização das verbas. (QUEIROZ, 2013, p. 112-113)

Após o estabelecimento de projetos sociais, nos anos de 1989, 1990 e 1991, surgiu o Programa VAI (Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais), lançado em 2003, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. A respeito, o Decreto nº 43.823 propõe, em seu artigo 2º, subsidiar financeiramente atividades artístico-culturais, principalmente de jovens de baixa renda, a fim de estimular a participação de pequenos produtores culturais no desenvolvimento artístico geral da cidade, promovendo a inclusão cultural. Essa proposta selecionou projetos indígenas, embora o edital não seja específico para essa clientela.⁶

O PROGRAMA DE AÇÃO CULTURAL INDÍGENA (PROAC INDÍGENA)

Em 2008, o ProAC já era considerado um sucesso, por conta do histórico de mais de 1.000 projetos inscritos em modalidades diversas e incentivados por meio de editais, entre os quais estão registrados 250 aprovados na modalidade mecenato, totalizando um investimento médio de 80 milhões de reais ao ano. (QUEIROZ, 2013, p. 108)

Os registros de investimentos e de editais do ProAC Indígena mostram uma oscilação de fundos entre o máximo de R\$400.000,00 (ano de 2012) e o mínimo de R\$60.000,00 (ano de 2007), perfazendo o total de R\$2.646.000,00 (período de 2006-2017).

6 Foram registrados 16 projetos de origem indígena contemplados pelos editais do Programa VAI, entre os anos 2008-2015 (fonte Editais VAI - 2006-2015).

Quanto ao universo da população indígena do Estado de São Paulo, podemos visualizá-lo na Tabela I.

Tabela 1 – Caracterização da População Indígena do Estado de São Paulo

ETNIAS	Nº DE ALDEIA	POPULAÇÃO
Mbya	15	1857
Nhandeva	7	541
Nhandeva-Mbya	4	792
Terena	1	527
Kaingang Terena	1	155
Kaingang Terena Krenak Fulni ôs; Atikuns,	1	177
Total		4049

Fonte: *Diário Oficial Da União*, Funai & Isa (2013).

Ocorre que esse registro não considera as etnias indígenas (não aldeadas) do município, as quais vêm adquirindo espaço crescente de legitimidade.

Se levarmos em conta dados registrados no encontro realizado em São Bernardo do Campo e divulgados pela Secretaria de Educação e Cultura desse município, encontraremos alguns registros surpreendentes, como se pode denotar no Quadro 1 registrado.

Quadro 1 – Caracterização da População Indígena do Município de São Paulo

ETNIAS	POPULAÇÃO	PROVENIÊNCIA	LOCAL DE MORADIA
Pankararu	300 famílias	Pernambuco	Favela Paraisópolis
Terena	10 famílias	Mato Grosso do Sul	Zona Norte (SP)
Tuxa	20 famílias	Bahia	S. B. do Campo
Kapinawá	10 famílias	Pernambuco	S. B. do Campo
Atikuns	5 famílias	Pernambuco	Zono norte (SP)
Fulni-ôs	100 famílias	Pernambuco	Grande São Paulo
Kariri-Xocós	60 famílias	Alagoas	Zona Norte (SP)
Pankararés	150 famílias	Bahia	Grande São Paulo
Xavantes	30 famílias	Mato Grosso	São Paulo
Baniwas	10 famílias	Amazonas	São Paulo

Fonte: *Semana dos povos indígenas em São Bernardo do Campo*. Secretaria Municipal de Educação 2006.

Diante de um total de 695 famílias registradas, haverá uma população de pelo menos 3 mil indígenas espalhados por várias regiões da Grande São Paulo. Os termos “índios urbanos” ou “índios em situação urbana” aparecem como denominações correntes no universo cultural brasileiro, por meio das quais os índios procuram expressar suas autoidentidades. Tal situação contrasta com a anterior, que indica a concentração de indígenas em aldeias situadas em Terras Indígenas.

No estado de São Paulo, os índios concentram-se no litoral e no Vale do Ribeira, em espaços onde vigoram legislações relativas às Áreas de Proteção Ambiental (APA) e às Leis da Mata Atlântica, tornando-se as populações aí residentes responsáveis pela conservação da diversidade biológica e cultural daquele bioma específico. De volta ao tema do edital em discussão, verificamos que se trata de um documento de convocação, que organiza, de forma clara e institucionalizada, o conjunto de dados, definindo o seu objeto e condições contratuais, com respectivas cláusulas burocráticas. As exigências minuciosas do edital refletem a intrincada burocracia implícita nos projetos submetidos ao ProAC Indígena. A estrutura oficial desse programa ainda compreende uma comissão de seleção, cujas decisões se encontram registradas em atas, que informam sobre os projetos inscritos e, posteriormente, sobre os selecionados, cuja publicação é efetuada pelo *Diário Oficial do Estado de São Paulo*.

O ambiente entre os indígenas participantes do programa é altamente competitivo, uma vez que o número de vagas varia entre os editais, mas sempre em quantidades que se apresentam em franca desvantagem para com os indígenas. Por exemplo, o edital de 2007 propôs vagas para 45 projetos destinados à continuidade das culturas tradicionais, enquanto que, em 2014, ficaram apenas dez vagas para os indígenas, enquanto que a população negra foi contemplada com o dobro dos investimentos e com 40 vagas.

O último edital (2017–2018) deixa transparecer uma tentativa para nivelar as oportunidades para as culturas tradicionais indígena e afro-brasileira. Não obstante, é preciso acrescentar que as notícias sobre a redução das verbas destinadas aos investimentos em projetos culturais são notórias, conforme informou o sociólogo Maurício Fonseca, responsável pelos trâmites e encaminhamentos editoriais, às autoras.

Acrescente-se às dificuldades descritas a exigência de as propostas indígenas serem apresentadas, desde o Edital ProAc nº 24/2017, por meios online. A barreira representada por tal exigência exige apoios de não indígenas para a elaboração e execução dos projetos. Via de regra, os projetos são escritos e enviados com a colaboração de não indígenas, que se dispõem a redigir, encaminhar e acompanhar os projetos, cumprindo todas as exigências estipuladas pela Secretaria de Cultura.

PRODUÇÃO CULTURAL SEGUNDO OS TEMAS PRESENTES NOS TÍTULOS DOS PROJETOS SELECIONADOS

Os títulos de projetos registrados nas atas dos quatro últimos anos (2014–2017) representam contextos culturais e étnicos dos povos indígenas paulistas, permitindo uma análise sobre a presença dos indígenas no contexto político do ProAC. Assim, verifica-se que a autoria direta ou indireta é dos indígenas, mesmo que o edital não seja categórico nesse quesito. Raras são os casos em que o proponente é um não índio, a discorrer sobre assentamentos na área indígena. O Quadro 2 auxilia a entender esse processo.

Quadro 2 – Projetos indígenas aprovados no período de 2014 e 2015

RESULTADO FINAL EDITAL PROAC Nº 28/2014			RESULTADO FINAL DO EDITAL PROAC Nº 24/2015		
2014	PROJETO	PROPONENTE	2015	PROJETO	PROPONENTE
PROMOCÃO DA CONTINUIDADE DA CULTURA INDÍGENA - EDITAL PROAC – 28/2014 – R\$20.000,00	Xo'o ka'aguy reguá (livro sobre animais da Mata Atlântica)	Danilo Benites	PROMOCÃO DA CONTINUIDADE DA CULTURA INDÍGENA - EDITAL PROAC – 24/2015 – R\$20.000,00	Projeto Nhamandu Rexakã (Brilho do Sol): educação e canto (Guarani Mbya).	Sérgio Macena
	Ensino e aprendizagem do artesanato tradicional Guarani	Altino dos Santos		“Opy” Casa de Reza Pajé Guaira	Mario Samuel dos Santos
	Feliz Ano Novo: tempo e renovação na aldeia do Rio Silveira.	Liveis de Lima		Projeto Opy'i (Casa de Reza) Nhanderu omoexakã (o caminho da luz divina)	Venancio de Oliveira
	Kunhangue Mbya- Mulheres Mbya	Priscila Para Poty Silva		Omombeu ovy Nhandereko: Aldeias Mbya Guarani em Pariquera-Açu	Juliano Cabral Ramires
	Fortalecimento e revitalização das tradições religiosas	Maurício dos Santos		A Oca sobre o Tataruçu	Cleiton Eugênio Silvano
	Dicionário audiovisual Guarani Yvy Rupa	Alexandre Ferreira Benites		Contos dos Curumins	Julia Vellutini
	RAPO	Araju Apolinário Martim		Xo'o ka'aguy reguá	Clarice Honorio Djatxuka Mirim dos Santos
	Resgate da Palmeira Guarikanga e Construção da cobertura da Casa de Reza (Opy).	Sérgio Macena		opy'i (a casa sagrada)	Sergio Martins da Silva
	Nhandé djakaru aty (Nossa Cozinha Tradicional)	Samuel de Oliveira Honório		Nhambopara: trançando com letras e palavras guarani-mbyá	Vitor Fernandes Soares Guarani
	Construção de Casa de Reza e Cozinha Comunitária	Paraguassu Jorge de Souza Gomes			

Fonte: São Paulo, Edital Proac Indígena, 2014-2015.

Quadro 3 – Projetos indígenas aprovados no período de 2016 a 2017

RESULTADO FINAL EDITAL PROAC Nº 24/2016			RESULTADO FINAL DO EDITAL PROAC Nº 24/2017		
2016	PROJETO	PROPONENTE	2017	PROJETO	PROPONENTE
EDITAL PROAC – 24/2016 – PROMOÇÃO DA CONTINUIDADE DA CULTURA INDÍGENA – R\$20.000,00	Ampliação e consolidação do Museu Wowkriwig	Lucilene de Melo	EDITAL PROAC – 24/2017 – PROMOÇÃO DA CONTINUIDADE DA CULTURA INDÍGENA – R\$20.000,00	Resistência indígena na cidade; Fortalecendo as expressões do povo Pankararu	Maria Lidia da Silva
	Projeto Educacional com crianças e jovens indígenas: resgatando a identidade e a cultura Pankararu	Deise Mari da Cruz		DZIBUKUA	Rovesio Tenorio Santos
	TABA Y PORANG	Advanildo Pacheco Eugênio		Memória do povo Terena em Araribá – 100 anos de história de luta e resistência	Elza Lulu Lucas
	Povo Pankaré , cultura e resistência	Lucilene de Sá Santos		TI na cidade	Thiago Conechu Vara
				Dois povos em uma trilha	Camila Vaiti Pereira da Silva
				“O’yGwatsu – Casa Grande	Jederson Marcolino Simão dos Santos
				“Djaexaa Porã” Olhar para o futuro	Adolfo Timóteo
				Imagens da Nossa Terra	Alexandro Karai Benite
				Xondaro Popygua: Práticas Culturais com o uso do arco e flecha e pintura corporal	Liveis de Lima
				AvaxiEtei, DjetyDjú, ManduviDjú – O alimento sagrado e a preservação das práticas culturais	Ricardo da Silva
				Avaxieteí o milho sagrado guarani	Sérgio Martins da Silva
				Guyrapa’i	Guaraci Jorge de Souza Gomes

Fonte: São Paulo, Edital Proac Indígena, 2016-2017.

Nessa amostragem, figura com destaque a etnia Guarani Mbya, responsável por 10 projetos em 2014, nove em 2015 e seis em 2017, somando 25 projetos, que representam 70% do conjunto total acolhido nesse período. A motivação étnica dos Mbya concentra-se na construção e fortalecimento da *opy'i*, a Casa de Reza, abrangendo a realização de rituais acompanhados de canto e dança. A presença do canto (*mborai*), que acompanha os rituais da Casa de Rezas, encaminhou-se para a produção de um CD (Projeto de Sergio Macena, 2015).

Em segundo lugar, os projetos visam ao fortalecimento da alimentação tradicional, seja por meio da implantação de roças, principalmente do milho tradicional (*avaxi ete*), ou da construção de cozinhas comunitárias. Na temática, encontram-se igualmente projetos relacionados à confecção de artesanato, a animais silvestres, à terra e à resistência indígena em geral.

O PROFETISMO GUARANI MBYA

Um desafio importante para que se entenda a conexão entre o sentido da continuidade cultural e o da racionalidade implícita nas políticas públicas consiste em compreender a natureza mítica presente nos projetos. A passagem dos saberes, que se fundamentam nas experiências sensoriais e pessoais ligadas ao verbo *-endu* (ouvir, compreender), *-mbo'e* (ensinar), *-nhembo'e* (aprender) e os regidos pela palavra escrita (*mbopara*), para a racionalidade da proposta política de valorização da diversidade cultural, é um dos aspectos mais importantes a ser verificado.

O *nhandereko* (nosso modo de ser), como foco da visão mítica e cosmológica indígena, está apoiado na concepção religiosa do profetismo e messianismo. A difundida compreensão da existência da Terra Sem Males como origem e finalidade do destino humano explica os alojamentos indígenas litorâneos das regiões Sul e Sudeste. De fato, a proximidade das grandes águas (*paraguassu*) indica os locais de moradia das divindades. Na situação de *Yyee*,

águas salgadas, o litoral é propício aos gestos e palavras de passagem dos indígenas, em contato com o mundo sagrado.⁷

Observe-se que a busca contemporânea da Terra Sem Males (*γυγυ mara e ỹ*) não tem o mesmo foco dos inícios do século XX, quando populações Mbya migravam do oeste do continente para o leste, em direção à moradia (*ambas*) dos deuses. O messianismo milenarista, que conduz à sobrevivência, renova-se como um ideal de vivência religiosa. Há um desejo coletivo de cultivo dos ideais tradicionais, sob a intensa desvalorização causada pelos civilizados. As palavras e os gestos rituais dos antigos surgem por meio de um deslocamento da busca real e simbolicamente necessária para o convívio divino, através de rituais religiosos. (BRANDÃO, 1990; CLASTRES, 1978; MELIÀ, 1990) Os Mbya demonstram uma grande resistência a modificações fundamentais dos sistemas de símbolos e códigos, que organizam o modo de ser “dos antigos”. (NOEMI DIAZ, 1985, apud BRANDÃO 1990, p. 65–66) A busca do aperfeiçoamento e o esforço místico coletivo e individual progridem, exigindo que os grandes rezadores possam renovar continuamente o mundo de vivências, eles mesmos constrangidos pela presença e invasão da cultura branca. (BRANDÃO, 1990; GODOY, 2003)

A imperfeição presente na transitória vida terrestre, palco da era *teko axy* (era do sofrimento e da imperfeição), define uma história marcada pela falta da ética ancestral. A formação de um tempo sagrado, como da Terra Perfeita, contrapõe-se à imagem de orientação do tempo profano, no qual a terra má (*γγγ mba’e megua*), terra dos viventes, aparece como cópia e ameaça à terra sem males.

A condição humana ganha completude e aperfeiçoamento pelas práticas rituais e discursivas, vistas como expressões míticas que se eternizam, capazes de alcançar – verbo – *upity* – (DOOLEY, 1982, p. 212) o divino. É recorrente a presença das palavras

.....
7 Detalhes dessa concepção podem ser vistos em: Borges (1998, 2002); Brandão (1990); Cadogan (1959); Clastres (1978); Godoy (2003) e Melià (1989, 1990).

sagradas (as *nhee porã*, *ayvu porã*), como a essência dessas práticas. É através da palavra divina que o universo cosmológico impera sobre o social, como o seu princípio e o seu destino final. Escutar e entender as palavras divinas são os meios de realização do ser e da construção da história. As expressões *ayvu, nhe´e*, *ayvu* indicam a palavra, a fala e a língua como a porção divina da alma, *alma-palavra* e *palavra-alma*. Nesse campo, *nhe´e* significa o espírito que os deuses enviam para que se encarne nas criaturas prestes a nascer. (CADOGAN, 1959, p. 203) Para completar esse quadro, observe-se que *ery* é o nome através do qual se origina a alma, que se constrói na vida como fluxo e realidade do ser, pois, como diz Melià (1989, p. 306), “para o Guarani, a palavra é tudo e tudo para ele é palavra”. Assim, a vida compromete-se miticamente por meio das experiências da palavra e do dizer, como ato de representação, levando-se em conta que a alma “no es una parte del ser, sino la vida misma como um todo”. (CHAMORRO, 1998, p. 49)

Para os Mbya, a identidade não significa apenas um despertar de singularidades, que opõem o eu ao outro, mas como a negação do exterior. A singularidade afirma-se como uma possibilidade que só em si mesma pode existir, o que vem a significar que o outro deve ser definitivamente excluído como ameaça. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, p. 19)

A contextualização de cada projeto reside no universo comunitário da aldeia. Assim, os produtos culturais são valorizados pelo fato de “mostrar quem somos nós” – expressão repleta de sentidos, a indicar uma estranheza dos indígenas defronte a um universo globalizado.

Nesse sentido, é provável que as avaliações dos projetos indígenas pelo ProAC fiquem às margens de expectativas dirigidas a outros contextos e diversidades, nos quais a liderança dos proponentes baseia-se na identificação deles como fatores de coesão e mobilização coletivas. As estratégias políticas exigem dos atores sociais que

os projetos culturais traçam as fronteiras organizatórias das diferenças. (BARTH, 1998) O caráter de hibridação, o qual, conforme Canclini (2005, 2008), indica combinações de estruturas de natureza diversificada, surge como central para a compreensão da cultura do civilizado. Língua e tradições étnicas e religiosas situam-se estrategicamente no processo da etnicidade por meio de uma distância estabelecida com o *jurua* (branco), que fortalece as fronteiras sociais e culturais indígenas.

PROJETOS GUARANI MBYA

Entre os 126 projetos selecionados no Edital ProAC Indígena, ao longo de 10 a 11 anos, encontramos produtos culturais que se tornaram expressões do patrimônio cultural Mbya. Assim, Adolfo Timóteo, líder religioso e cacique da Aldeia do R. Silveira, obteve prêmios em três projetos: 1. *Mbaraete Nhande Reko*. Fortalecer a cultura Guarani (Edital 14/2010); 2. DVD do lançamento do CD *Nande Arandu Pygua*. Memória Viva Guarani (Edital 06/2007); e 3. “*Djaexaa Porã*”. Olhar para o futuro (Edital 24/2017). Esses projetos tiveram, como uma das consequências positivas, a divulgação da cultura Mbya, por meio do CD *Nande Arandu Pygua*, um documento integrante do patrimônio cultural, que teve grande divulgação, principalmente, em várias aldeias Guarani. Há mesmo trabalhos acadêmicos que se apoiam nesse CD e em outros, para analisar a riqueza dos cânticos e instrumentos sagrados dos Mbya. (GODOY, 2013; GODOY; CAMPOS, 2015, 2017)

Esta análise poderia ser estendida a temas relativos a cânticos, rezas e alimentos, como exemplos de um universo simbólico, que abrange: instrumentos musicais (*mba'e pu*), práticas medicinais, artesanatos, ritual xondaro e brincadeiras infantis. Há narrativas que demonstram sentimentos de coesão, expressivos de uma memória viva e construtora da identidade coletiva e étnica dos indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão das políticas públicas da Secretaria de Cultura do estado de São Paulo, por meio dos editais ProAC, contextualizada nas políticas de inclusão, torna-se essencial para o entendimento de valores culturais, ligados à cidadania e à emancipação social. Os projetos do ProAC Indígena não obedecem a compromissos de inclusão cultural, mas são antes marcados pela interculturalidade e autonomia, no âmbito dos quais os saberes ganham materialidade como patrimônio histórico peculiar, sempre recriado com originalidade.

Embora vários editais deixem explícitas metas de inclusão cultural, os projetos aprovados acabam por registrar valores tradicionais e míticos dos Mbya, assinalando tendências de reconstrução da memória e da tradição como um caminho que leva a um desempenho étnico desejável. As experiências aqui descritas e a distância existente de fato entre a etnicidade Guarani Mbya e as políticas públicas de inclusão demandam um esforço diferenciado para que o investimento em projetos espelhe com fidelidade a posição dos indígenas como defensores legítimos de sua cultura.

De qualquer forma, as estratégias em jogo na atualidade estão longe de dispensar a originalidade e o empenho simbólico com todos aqueles que se dispõem a abraçar a causa indígena no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. Fragmentos do discurso sobre a cultura no Brasil. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 13-24.

BARTH, F. Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: POUTIGNAT, P., STREIFF-FENART, J. *Teorias da etnicidade: Seguindo de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998. p. 185-228.

BATISTA, A. P. *Políticas públicas de cultura: Estado de Goiás*. [S.l.: s.n], [20--?].

- BORGES, L. C. *Fala Instituinte do Discurso Mítico Guarani Mbya*. 1998. 375 f. Tese (Doutor em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- BORGES, L. C. Os Guarani Mbya e a Categoria tempo. *Revista Tellus, Campo Grande*, v. 2, n. 2, 2002.
- BOTELHO, I. Dimensões da Cultura e Políticas Públicas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 74, 2001.
- BOTELHO, I. Políticas Culturais: discutindo pressupostos. In: NUSSBAUMER, G. M. (Org.). *Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 171-180.
- BRANDÃO, C. R. Os Guarani: índios do Sul. Religião – resistência e adaptação. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 4, n. 10, p. 53-90, 1990.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_06.06.2013/art_215_.shtm>. Acesso em: 12 dez. 2014
- BRASIL. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. *FUNAI e ISA*. Brasília, DF, 2013.
- BRASIL. Decreto nº 4.805, de 12 de agosto de 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério da Cultura, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 13 ago. 2003.
- BRASIL. Decreto nº 6.177, de 1º de Agosto de 2007. Promulga a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada em Paris, em 20 de outubro de 2005. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 2 ago. 2007.
- CADOGAN, L. *Ayvu Rapyta*. Textos míticos de los Mbya Guarani del Guaíra. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1959.
- CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007. Salvador. *Anais...* Salvador: ENECULT, 2007.
- CHAMORRO, G. *A espiritualidade Guarani: uma teologia ameríndia da palavra*. São Leopoldo: Sinodal, 1998.

- CLASTRES, H. *Terra sem mal: o profetismo Tupi-Guarani*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CUCHE, D. *A noção da cultura nas ciências sociais*. Bauru: Edusc, 1999.
- DOOLEY, R. A. *Vocabulário do Guarani*. Brasília, DF: Summer Institute of Linguistics, 1982.
- GARCÍA CANCLINI, N. *Culturas híbridas*. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.
- GODOY, M. G. G. *Teko axy: o misticismo Guarani Mbya na era do sofrimento e da imperfeição*. São Paulo: Terceira Margem, 2003.
- GODOY, M. G. G. A música e a dança Guarani Mbya como recursos de cidadania e identidade étnica. In: SEMINÁRIO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA, 4., 2013. *Anais...* São Carlos: UFSCAR, 2013. v. 1.
- GODOY, M. G. G.; CAMPOS, A. L. A. Renovação da Casa de Reza (*opy*) em aldeias Guarani Mbya: imaginário e xamanismo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO CRI2I. Porto Alegre: Congresso Internacional do CRI2i2015, 2015. v. 1.
- GODOY, M. G. G.; CAMPOS, A. L. A. Imaginário e representações míticas: as belas palavras (*ayvu porã*) dos cantos divinos (*mborai*) Guarani Mbya. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 11, n. 2, jul./dez. 2017.
- GUARDIÕES GUARANI. *Kyringue Nhembovy'a*. São Sebastião: Aldeia R. Silveira, 2011. 1 CD.
- NHANEREMBI'U Ete'i. *Nosso Alimento Tradicional*. Produção de Giselda Pires Lima. São Paulo: [S.n], 2008. 1 DVD.
- MELIÀ, B. A experiência religiosa guarani. In: MANZAL, M. M. et al. *O rosto índio de Deus*. Rio de Janeiro: Vozes, 1989. p. 293-357. (Coleção Ecologia e Libertação).
- MELIÀ, B. A terra sem mal dos Guarani – economia e profecia. FFLCH-USP, *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, 1990. p. 33-46. (La tierra sin mal de los Guarani – Paraguai. Brasil, datilografado, 1987).
- MEMÓRIA VIVA GUARANI. *Ñande Reko Arandu*. São Paulo: Instituto Teko Arandu, 1998. 1 CD. (ca. 73 min).

MENSAGEIROS GUARANI. *Cânticos Sagrados da Aldeia Guarani Rio Silveira*. São Sebastião: Aldeia R. Silveira. Associação Comunitária Indígena Guarani Tjeru Mirim Ba'e Kuaa'i. 2008. 1 CD.

NAÇÕES UNIDAS. Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas. Rio de Janeiro, 2008.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO SOBRE POVOS INDÍGENAS E TRIBAIS – OIT. Convenção n° 169 da Convocada em Genebra pelo Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho. Rio de Janeiro, 2011.

QUEIROZ, I. A. As leis de incentivo à cultura em São Paulo: panorama estadual e municipal. *Pensamento & Realidade*, São Paulo, ano 16, v. 28, n. 7, 2013.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. In: RUBIM, A. A. C.; BARBALHO, A. (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007. p. 11-36.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 54.275, de 27 de abril de 2009. Regulamenta dispositivos da Lei n° 12.268, de 20 de fevereiro de 2006, que instituiu o Programa de Ação Cultural – ProAC. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 28 abr. 2009.

SÃO PAULO (Estado) Decreto n° 51.944 de 29 de junho de 2007. Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – RICMS. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 30 jul. 2007.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 54.883, de 27 de fevereiro de 2014. Confere nova regulamentação à Lei n° 13.540, de 24 de março de 2003, com as alterações promovidas pela Lei n° 15.897, de 8 de novembro de 2013, que institui duas modalidades de apoio às atividades artístico-culturais no Programa para a Valorização de Iniciativas Culturais – vai, no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 27 fev. 2014.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 58.041, de 20 de dezembro de 2017. Regulamenta a Lei n° 15.948, de 26 de dezembro de 2013, que institui o Programa Municipal de Apoio a Projetos Culturais – Pro-Mac e dispõe sobre incentivo fiscal para realização de projetos culturais. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 21 dez. 2017.

SÃO PAULO (Estado). Decreto n° 43.823, de 18 de setembro de 2003. Regulamenta a Lei n° 13.540, de 24 de março de 2003, que institui o Programa para a Valorização de iniciativas Culturais (VAI), no âmbito da Secretaria Municipal de Cultura. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 19 set. 2003.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 19/2006. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 06/2007. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 09/2008. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital PAC 10/2008. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 09/2009. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 14/2010. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 19/2011. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 25/2012. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 31/2013. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 28/2014. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2015. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2016. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Edital ProAC Indígena 24/2017. Programa de Ação Cultural. Arquivo da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo.

SÃO PAULO (Estado). Lei n° 8.819, de 10 de junho de 1994. Cria o Programa Estadual de Incentivo à Cultura, institui o Conselho de Desenvolvimento Cultural, e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 11 jun. 1994.

SÃO PAULO (Estado). Lei n° 10.923, de 30 de dezembro de 1990. Dispõe sobre incentivo fiscal para a realização de projetos culturais, no âmbito do Município de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, São Paulo, 31 dez. 1990

SÃO PAULO (Estado). Lei 12.268 /2006. Institui o Programa de Ação Cultural – PAC, e dá providências correlatas. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, Poder Executivo, São Paulo, 21 fev. 2006.

SÃO PAULO (Estado). Semana dos Povos Indígenas em São Bernardo do Campo. *Boletim Informativo*, 2006.